

Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares

ALFREDO CALDEIRA

Constituição do Arquivo Mário Soares

O Arquivo Mário Soares (A.M.S.) foi formalmente constituído em 26 de Fevereiro de 1996, através do depósito que o Dr. Mário Soares fez do seu arquivo pessoal na Fundação Mário Soares.

O Protocolo que define as condições desse depósito estabelece:

- que a documentação permanece propriedade do Dr. Mário Soares;
- que compete à Fundação assegurar a sua conservação, organização, preservação e divulgação;
- que a Fundação assume a condução do Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares¹, tendo em vista transferir toda a documentação para suporte óptico, acompanhando-a dos instrumentos adequados de descrição e recuperação da informação;
- que o Arquivo será progressivamente aberto à consulta pública através de meios informáticos, quer locais, quer remotos;
- que o Dr. Mário Soares depositará oportunamente na Fundação a documentação superveniente do seu arquivo;
- que será constituída uma Comissão de Acompanhamento, a quem competirá, em especial, elaborar e propor o Regulamento interno do Arquivo e as respectivas Normas de Acesso.

Em Março de 1996, em execução daquele Protocolo de Depósito e do Projecto de Digitalização, procedeu-se à transferência da documentação para as instalações da Sede da Fundação Mário Soares

¹ O Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares, da autoria do Prof. Doutor Fernando Rosas e do signatário, foi elaborado e entregue em Setembro de 1995.

em Lisboa, que para o efeito haviam sido objecto das obras requeridas, aí incluída a respectiva climatização e a colocação da estanteira necessária.

Seguidamente, iniciaram-se as tarefas de arrumação e inventariação da documentação, ao mesmo tempo que se adquiriu o equipamento informático considerado necessário ao arranque das operações de digitalização do arquivo.

Foram, entretanto, desenvolvidos os procedimentos de descrição sumária da documentação do arquivo, tendo em vista a recuperação informática da informação nela contida, ensaiando-se, também, o estabelecimento das bases de dados mais adequadas a esse fim.

Em 19 de Junho de 1996, começou a digitalização intensiva do arquivo, enquanto ainda decorriam testes do equipamento informático.

Organização do Arquivo Mário Soares

O Arquivo Mário Soares estava organizado em pastas, tendo sido respeitada na sua transferência e arrumação a respectiva *ordem original*.

Registe-se, no entanto, que o arquivo pessoal do Dr. Mário Soares conheceu já diversas intervenções, quer ao nível da conservação, quer ao nível da sua descrição hierárquica, que provocaram sucessivos afastamentos da realidade da sua constituição e organização, suscitando problemas que vieram a marcar profundamente algumas soluções encontradas no decurso do próprio Projecto.

Em termos cronológicos, o A.M.S. estava dividido em duas grandes séries:

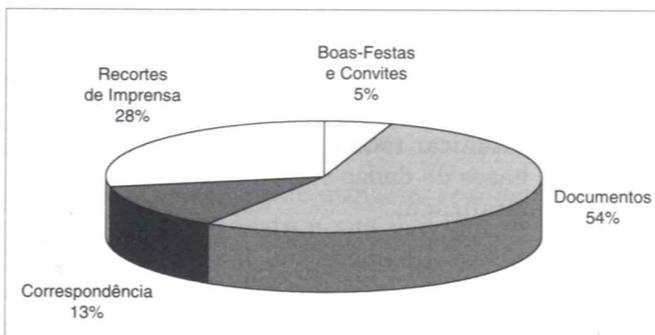
- documentação anterior a 25 de Abril de 1974;
- documentação posterior a 25 de Abril de 1974.

Sendo também possível distinguir os seguintes tipos principais de documentação:

1821	pastas de Documentos*
477	pastas de Correspondência
1000	pastas de Recortes de Imprensa
184	pastas de Boas-Festas e Convites

* Trata-se de uma designação genérica adoptada essencialmente para efeitos de organização das operações de digitalização. Esta designação envolveu, por outro

Considerada esta classificação, verificava-se a seguinte organização geral do Arquivo Mário Soares, em Março de 1996:



Os quadros que antecedem referem-se a documentação produzida até 9 de Março de 1996, data em que o Dr. Mário Soares terminou o segundo mandato como Presidente da República.

Objectivos gerais do Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares

O Arquivo Mário Soares é, reconhecidamente, um acervo documental da maior importância para o conhecimento e os estudos da História portuguesa do século XX.

Reúne documentação de extrema variedade, que vai desde as actividades de oposição ao Estado Novo por parte das diferentes correntes anti-salazaristas a toda a vida política do titular desenvolvida desde 25 de Abril de 1974 – cobrindo, designadamente, a actividade do Partido Socialista, a participação nos Governos Provisórios e nos Governos Constitucionais, a Presidência da República e as relações externas com governantes e personalidades estrangeiras e, bem assim, com organizações internacionais.

O projecto de tratamento desse vasto espólio visou três objectivos fundamentais:

- transferir para as instalações da Fundação Mário Soares toda a documentação, aí criando as adequadas condições de conservação;

lado, conjuntos de documentação avulsa que não oferecia relevância para ser incluída no Projecto de Digitalização e cujas pastas, por conseguinte, vieram a ser anuladas.

- transferir para suporte óptico todo o Arquivo Mário Soares;
- abrir progressivamente à consulta pública o arquivo digital assim criado.

Para o efeito, definiram-se as seguintes metas de trabalho:

- digitalizar toda a documentação do A.M.S.;
- transferir para suporte óptico² toda a documentação do A.M.S.;
- descrever e classificar toda a documentação do A.M.S.;
- indexar nas bases de dados criadas para o efeito toda a documentação digitalizada;
- abrir progressivamente à consulta o A.M.S. digitalizado;
- colocar o A.M.S. em rede, designadamente através da Internet;
- editar em CD-ROM documentos seleccionados do A.M.S.;
- proceder a experiências de tratamento digital de fotografias e vídeos;
- procurar a incorporação de espólios similares ou complementares no A.M.S.

Tendo em vista o cumprimento desses objectivos, foi definido o seguinte calendário geral, cobrindo um período de 30 meses (Março de 1996 a Agosto de 1998):

- Março 1996 Transferência da documentação para as instalações da Fundação;
- Junho 1996 Início da digitalização e da descrição documental;
- Abril 1997 Abertura gradual à consulta e colocação na Internet;
- Agosto 1998 Conclusão das operações de digitalização do A.M.S.

Equipamento de digitalização do Arquivo Mário Soares

De acordo com o Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares, e uma vez reconhecidas com maior detalhe as características da documentação que o integra, foi adquirido o seguinte equipamento informático, tendo em vista a constituição de um sistema coerente de digitalização e arquivo em disco óptico:

- 1 posto de Administração;
- 4 postos de Digitalização;
- 3 postos de Classificação;

² No Projecto estão a ser utilizados discos ópticos regraváveis de 1.3 Gb, prevendo-se que a informação neles armazenada seja posteriormente transferida para discos ópticos WORM.

- 3 postos de Consulta;
- 1 posto de Apoio à Consulta;
- todos ligados em rede;
- e funcionando sobre um servidor;
- a que está igualmente ligada uma *juke-box*, com capacidade para 101 Gb;
- 1 servidor afecto exclusivamente ao funcionamento da página na Internet.

Os postos de Digitalização utilizam *scanners*³ de diferentes características, tendo em vista a sua máxima rentabilização: dois para formatos A4 e dois para formatos A3. No início do Projecto foi utilizado um *scanner* rotativo de alta velocidade (50 imagens/minuto), para formatos A4 e A3 – uma vez concluído o tratamento da documentação normalizada que o justificava, foi trocado por um *scanner* A3.

O posto de Digitalização inicialmente equipado com o *scanner* rotativo e, bem assim, dois postos de Classificação foram dotados de *drives* de disco óptico de 1.3 Gb, de modo a tornar mais rápidas as respectivas operações, garantindo a armazenagem directa das imagens digitalizadas em discos ópticos.

Todo o sistema funciona sobre *Windows'95*, recorrendo a um *software* específico de digitalização, tratamento de imagem, compressão e indexação designado *File Magic Plus*.

O sistema dispõe ainda de duas capacidades específicas de tratamento das imagens digitalizadas: por um lado, *OCR* (Reconhecimento Óptico de Caracteres) com dicionário de português e inglês, que permite a conversão de imagens de textos dactilografados para texto electrónico (processador de texto); por outro lado, *Image Enhancement* (Melhoria de Imagem), que permite intervir sobre a própria qualidade das imagens digitalizadas, designadamente limpando ou corrigindo manchas, defeitos, etc.

A gestão da *juke-box* é feita através de um *software* apropriado, que permite o acesso rápido e coerente à informação aí armazenada e denominado *Cheyenne HSM 2522B Net*⁴.

³ Vistas as características gerais da documentação do A.M.S., optou-se por adquirir digitalizadores Fujitsu a preto e branco, sem prejuízo de se poderem considerar algumas, excepcionais, operações de digitalização com cor. Registe-se que o *software* utilizado gere indiferentemente imagens digitalizadas a preto e branco ou a cores e, bem assim, diferentes formatos, incluindo de vídeo.

⁴ O *software* inicialmente utilizado na gestão da *juke-box* não se revelou inteiramente frutuoso (designadamente em matéria de acesso em rede, local e externa, aos documentos arquivados), tendo sido substituído pelo programa referido, depois de um período de experimentação considerado concludente.

Utilizam-se, como já se disse, discos ópticos regraváveis de dupla face com a capacidade global de 1.3 Gb, sendo de assinalar que servem para guardar directamente a informação digitalizada e, bem assim, para obter cópias de segurança.

O sistema foi posteriormente dotado do equipamento susceptível de permitir o seu funcionamento em rede, designadamente via Internet⁵ e, bem assim, equipamento de gravação de CD-ROM – utilizado, designadamente, para produção de cópias de segurança⁶ e edições restritas de séries documentais.

Organização da digitalização do Arquivo Mário Soares

Uma vez adquirido, instalado e testado o equipamento informático, foi possível organizar as diferentes operações de digitalização e classificação do A.M.S. em termos que possibilitassem o cumprimento do calendário estabelecido no Projecto.

Para o efeito, definiram-se as seguintes prioridades:

- iniciar a digitalização dos documentos anteriores a 25 de Abril de 1974⁷, utilizando nessas operações três *scanners*;
- iniciar também a digitalização dos Recortes de Imprensa anteriores a 25 de Abril de 1974 que, pelas suas características (na sua maioria, fotocópias em formato A4)⁸, podiam ser digitalizados com maior rapidez num *scanner* rotativo de alta velocidade;
- simultaneamente, iniciar a descrição de todos os documentos⁹.

⁵ Nos termos de um Protocolo celebrado com a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), o Arquivo disponibiliza via Internet uma página da Fundação Mário Soares.

⁶ As cópias de segurança em CD-ROM pressupõem, em geral, uma fase já estabilizada da constituição do arquivo em suporte digital, evitando a produção de cópias incompletas e/ou não descritas.

⁷ Esta opção, embora tecnicamente mais difícil, quer pelas características de grande parte dos documentos, quer pelo seu próprio estado de conservação, encontrou justificação no especial interesse dessa documentação e na sua maior comunicabilidade.

⁸ Esses Recortes de Imprensa em fotocópia ocupavam cerca de 42% do total dos recortes. Importa ainda referir que existem no A.M.S. algumas centenas de páginas (geralmente de jornais) com dimensões superiores a A3, que não são susceptíveis de digitalização com o equipamento disponível, motivo pelo qual se recorreu à sua redução por fotocópia à dimensão A3, sem perda de legibilidade, possibilitando assim a sua posterior digitalização.

⁹ Importa referir que, vista a muito diversificada organização dos documentos nas respectivas pastas, não foi possível elaborar instrumentos de descrição que se

A definição dessas prioridades permitiu que as operações de digitalização intensiva do A.M.S. fossem iniciadas em 19 de Junho de 1996, arrancando simultaneamente a classificação da respectiva documentação, de acordo com a seguinte organização funcional:

<i>Função</i>	<i>Conteúdo funcional</i>
<i>Administração do Arquivo</i>	Dirigir o Projecto de Digitalização do A.M.S.
<i>Gestão do Arquivo</i>	Gerir os recursos humanos e materiais disponíveis, de acordo com as prioridades estabelecidas.
<i>Gestão das bases de dados</i>	Gerir os sistemas de classificação e indexação do A.M.S, de acordo com as normas definidas.
<i>Classificação</i>	Executar a descrição e classificação dos documentos do A.M.S.
<i>Digitalização</i>	Proceder à digitalização dos documentos, de acordo com as prioridades e metodologias estabelecidas.

NOTA:

O pessoal chamado a colaborar nas tarefas de organização e digitalização do A.M.S. tem sido recrutado a dois níveis principais, de acordo com as qualificações requeridas:

- por um lado, recorreu-se, para as tarefas de digitalização, a pessoal com o 12º ano de escolaridade ou em vias de ingresso no ensino superior;
- por outro, e no que respeita às tarefas de classificação documental, privilegiou-se pessoal com formação universitária, quase sempre em fase de frequência de Mestrado.

A esta estrutura acresceu a Comissão de Acompanhamento¹⁰, com a competência de supervisão da execução do projecto e, em especial, elaborar e propor o Regulamento interno do Arquivo e as respectivas Normas de Acesso.

O Regulamento e as Normas de Acesso foram ainda sujeitos a parecer do Ministério da Ciência e da Tecnologia, nos termos do

referissem apenas à unidade de instalação-pasta, antes se tornando necessário proceder a essa descrição ao nível de cada documento, o que, obviamente, tornou mais difícil e morosa toda a operação de descrição.

¹⁰ A Comissão de Acompanhamento foi constituída pelo Administrador e pela Gestora do Arquivo, por um Consultor Histórico (supervisão, de acordo com critérios histórico-científicos, do processo de digitalização do Arquivo) e um Consultor Arquivístico (classificação documental do Arquivo e estabelecimento dos critérios de indexação dos documentos).

Convénio de cooperação entretanto assinado (ver adiante) e tendo em especial atenção o carácter exemplar e de demonstração reconhecido ao Projecto.

Algumas questões metodológicas

Conforme já se referiu, considerou-se prioritária a digitalização da documentação anterior a 25 de Abril de 1974 e, bem assim, pela digitalização dos Recortes de Imprensa constituídos por fotocópias.

Estas opções, claramente justificadas pela natureza da documentação e também pela maior facilidade que se depararia na sua abertura à consulta, criaram algumas dificuldades técnicas iniciais, hoje ultrapassadas.

Por outro lado, e pela própria diversidade da documentação tratada, essas opções permitiram testar não só os equipamentos, como a metodologia de digitalização e, em momento posterior, permitiram apurar os modos de descrição dos documentos.

Esta última questão, amplamente debatida no âmbito do Projecto de Digitalização do A.M.S., apresentava especial relevância:

- por o A.M.S. ser um arquivo pessoal, ainda para mais objecto de diversas e nem sempre coincidentes classificações ao longo da sua produção e arrumação;
- e por se pretender disponibilizá-lo à consulta através de meios informáticos e em prazo breve.

Ora, a descrição dos documentos do A.M.S., devendo, por um lado, obedecer a princípios arquivísticos correctos, devia também, por outro, oferecer instrumentos de recuperação da informação suficientemente flexíveis para deles se poder tirar o máximo proveito no âmbito de um sistema de arquivo electrónico como o que se pretende implantar.

Verificou-se, a curto prazo, que não seria suficiente criar bases de dados histórica e arquivisticamente adequadas.

De facto, e uma vez que a descrição do Arquivo era referida a cada documento, estudou-se a possibilidade de criar instrumentos de recuperação da informação mais completos e que pudessem ultrapassar a necessária rigidez de uma base de dados (ou, pelo contrário, o seu crescimento exponencial).

Neste sentido, e explorando as próprias capacidades do sistema informático instalado, concluiu-se ser possível adoptar a seguinte metodologia:

- cada Pasta consta de uma base de dados informática, com uma designação genérica;
- uma vez digitalizada essa Pasta, registam-se na mesma base de dados todos os elementos descritivos dessa operação (incluindo os discos ópticos para que são transferidas as respectivas imagens digitalizadas);
- procede-se seguidamente à conferência das imagens arquivadas com os documentos da Pasta (controlo de qualidade)¹¹;
- todos os documentos (digitalizados) são objecto de uma descrição na base de dados criada para o efeito;
- essas descrições, uma vez corrigidas, são posteriormente transferidas, de modo automatizado, para um processador de texto, sendo arquivadas sob a designação de Folha de Rosto dessa Pasta;
- cada Folha de Rosto inclui, além da descrição dos documentos, a indicação da imagem referente a cada um deles, constituindo assim um verdadeiro índice dessa Pasta;
- e, por outro lado, considera-se em cada Folha de Rosto as possíveis articulações dos documentos nela descritos com as classificações constantes das bases de dados¹²;
- prevê-se assim, também, a divisão electrónica de cada Pasta em diversas sub-pastas que melhor possam adequar-se a cada um dos temas da referida base de dados (naturalmente que, no caso de divisão electrónica de uma pasta, também a respectiva folha de rosto será dividida em consequência);
- finalmente, a imagem de cada Folha de Rosto é acrescentada à respectiva Pasta (ou sub-pasta), ficando a fazer parte integrante dessa colecção de documentos electrónicos (como 1.º documento).

Assim, a indexação das pastas (ou sub-pastas) na Base de Dados criada para o efeito no *File Magic* refere-se não apenas aos documentos, mas também à respectiva Folha de Rosto.

Uma vez indexadas as pastas (e as respectivas folhas de rosto), o sistema permite pesquisar em texto livre (*full text*) qualquer

¹¹ É também nesta fase que se repete a digitalização de documentos que possam ter ficado deficientemente reproduzidos e, bem assim, se produzem cópias de segurança em disco óptico.

¹² Importa aqui referir que se consideraram à partida bases de dados diferenciadas para os documentos anteriores e posteriores a 25 de Abril de 1974, vistas as características de cada uma dessas colecções. Gradualmente, está a ser preparada a uniformização da descrição de todos os documentos do Arquivo, de acordo com os respectivos níveis.

palavra incluída em todas as folhas de rosto. O sistema disponibiliza, por outro lado, um conjunto de instrumentos (*Data Base Queries*) susceptíveis de organizar essas pesquisas, de modo a devolver ao leitor, com capacidades relativamente sofisticadas, a indicação das pastas em que a expressão escolhida apareça – o que é realizado sem prejuízo da possibilidade de pesquisa directa nas bases de dados – que, obviamente, fornecerá uma resposta muito menos precisa do que aquela que pode ser obtida através da pesquisa em texto livre, mais direccionada.

Esta metodologia apresenta, no entanto, limitações decorrentes da própria *ordem original* dos documentos. De facto, e vista a arrumação existente nas pastas (nem sempre coerente ou sequer sequencial), torna-se necessário cruzar a respectiva informação, na medida em que uma mesma pasta contém quase sempre documentos referentes a mais de uma das classificações previstas na base de dados.

Para o efeito, previu-se a criação, no próprio documento (electrónico), de sistemas de encaminhamento directo (também electrónicos) para o(s) documento(s) e/ou temas com que se relacione. Esta solução permite aos leitores explorar em cada documento as suas diferentes possíveis relações com outros temas.

Há que assinalar, no entanto, que a digitalização do A.M.S. no prazo definido e a sua rápida abertura à consulta não permitiram o apuramento imediato de todas essas ligações, que serão progressivamente construídas.

Por isso, tem sido feito um esforço permanente de actualização das normas aplicadas, adequando-as às características específicas da documentação e às possibilidades de tratamento informático disponibilizadas pela programação instalada.

Esta realidade tem provocado, necessariamente, atrasos na execução das tarefas de classificação, mas julga-se preferível insistir no mesmo esquema geral de descrição detalhada dos documentos – solução que se considera mais segura e transparente, oferecendo também aos leitores a máxima informação sobre o arquivo.

Considera-se igualmente que o sistema que tem vindo a ser adoptado (descrição dos documentos em *Folhas de Rosto* pesquisáveis em texto livre) se insere na ajustada linha de tratamento informático de um arquivo digital – não tendo sido detectado qualquer problema de «lixo» ou «ruído» informático que fosse provocado por excesso de informação disponibilizada, argumento que aparece com frequência utilizado no âmbito da discussão de projectos similares.

Aliás, o próprio programa utilizado disponibiliza um recurso (*full text noise word list*) que permite definir as palavras ou frases que o sistema de pesquisa em texto livre deve ignorar e que pode ser definido pela administração do sistema – podendo cada uma dessas «listas de palavras a ignorar» ser configurada para os diferentes níveis de pesquisa (uma lista por cada *grupo* ou *super grupo*)¹³.

É importante assinalar, por outro lado, que a classificação de grande parte dos documentos posteriores a 25 de Abril de 1974 está já a ser feita com recurso a meios informáticos mais desenvolvidos (designadamente, com preenchimento de novos campos na base de dados), o que permite enriquecer os elementos de recuperação da informação, em articulação com o sistema adoptado de *Folhas de Rosto*.

Em diversos conjuntos desta documentação, aliás, em que é maior o número de originais dactilografados ou impressos, é possível utilizar as ferramentas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) com inscrição automática nos campos pré-definidos na base de dados – o que torna o trabalho de descrição mais rápido, criando imediatamente palavras-chave na base de dados. Este sistema viabiliza, por outro lado, a simultaneidade das operações de classificação e de *indexação*.

Convénio entre a Fundação Mário Soares e o Ministério da Ciência e da Tecnologia

Em 26 de Setembro de 1996, foi celebrado um Convénio entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (M.C.T.) e a Fundação Mário Soares, tendo como objectivo central «a reprodução digital do Arquivo Mário Soares e de outra documentação de interesse histórico e cultural doada ou depositada, ainda que transitoriamente, na Fundação Mário Soares».

Esse Convénio substituiu o que havia sido celebrado em 18 de Outubro de 1995 com a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e o Instituto de Investigação Científica e Tropical, tendo em atenção a evolução verificada na sua execução e havendo, entretanto, a Fundação Mário Soares desenvolvido as acções neces-

¹³ O programa de gestão documental utilizado prevê a existência de super grupos e de grupos, correspondendo *grosso modo*, respectivamente, aos níveis da gaveta e do maço, cabendo neste as pastas ou sub-pastas com ele relacionadas ou nele contidas. Vista a capacidade de fácil criação de campos em cada grupo, é possível obter por essa via a definição de outros diferentes níveis de descrição documental.

sárias ao cumprimento do Projecto de Digitalização do A.M.S., a que agora foi reconhecido «carácter exemplar e de demonstração», «tendo em vista, designadamente, a modernização dos arquivos portugueses, instrumentos indispensáveis para a investigação científica».

Pelo Convénio assinado, a Fundação assumiu a responsabilidade pela execução do referido Projecto no prazo de 30 meses, contados a partir de Março de 1996, comprometendo-se a concretizar as seguintes acções principais:

- criação da página do Arquivo Mário Soares na Internet;
- abertura gradual do A.M.S. à consulta gratuita a partir do primeiro semestre de 1997;
- criação de condições para a realização de trabalhos de investigação que tenham por fonte principal a documentação que integra o A.M.S.;
- concretização, no decurso de 1997, da possibilidade de acessos em rede às bases de dados já constituídas do A.M.S.;
- edição em CD-ROM, ou outro suporte electrónico, de documentos seleccionados do Arquivo.

O Convénio estabeleceu, por outro lado, que o M.C.T. e a Fundação organizariam sessões de demonstração do Projecto, tendo em vista, especialmente, a sua divulgação junto de entidades interessadas em projectos similares – o que tem sido feito com enorme frequência, quer para interessados nacionais, quer estrangeiros.

Mais estabeleceu o referido Convénio que o M.C.T. apoiaria financeiramente o Projecto, sem prejuízo de outros apoios de entidades terceiras.

Outros protocolos de cooperação e de incorporação de acervos documentais

A Fundação Mário Soares entende que a gestão do A.M.S. deve incluir modos de relacionamento preferencial com instituições congéneres ou que prossigam fins que possam ser articulados com os seus.

Assim, e designadamente, foi prevista a realização de acordos de cooperação com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

No mesmo sentido, foi estabelecido um acordo com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo no sentido de ser incorpo-

rada no A.M.S., sob forma digital, toda a documentação referente ao Dr. Mário Soares existente nos arquivos da extinta polícia política¹⁴. Este importante espólio, totalizando cerca de 70 000 imagens, foi digitalizado nas instalações dos AN/TT e prevê-se a sua progressiva abertura à consulta, sob forma electrónica, na Fundação – a abertura à consulta no âmbito do A.M.S. dessa documentação obrigará, evidentemente, a especiais cuidados na sua comunicação, designadamente nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro.

Entendeu-se, por outro lado, desejável que a Fundação estabelecesse protocolos com entidades congéneres estrangeiras, não apenas tendo em vista a troca de experiências em matéria das tecnologias utilizadas, como também para eventual intercâmbio de informação (disponibilizando mutuamente documentação arquivada em cada uma das instituições) – tendo vindo a ser desenvolvidos esforços de colaboração com diversas entidades possuidoras de fundos especialmente relevantes para o estudo da História Contemporânea portuguesa.

Idêntica orientação está a ser seguida em matéria de tratamento digital de documentação registada em suportes outros que não o papel, como é o caso do microfilme, da fotografia, do som e do vídeo – em relação a estas matérias, e considerada a especificidade técnica de alguns dos procedimentos e, bem assim, o custo dos equipamentos necessários, os estudos até agora realizados apontam para a sua progressiva experimentação, designadamente no âmbito do novo edifício que a Fundação projecta construir e que será dotado de instalações adequadas, preferentemente em colaboração com instituições vocacionadas para a utilização dessas tecnologias.

Refira-se, finalmente, que a Fundação tem vindo a celebrar diversos protocolos com detentores de acervos privados, tendo por objectivo a sua integração no A.M.S., seja sob forma de doação, seja em regime de depósito. Destaquem-se, entre outras entregas de documentos avulsos, os casos da correspondência de Francisco Ramos da Costa e da documentação da Comissão Promotora das Comemorações do 50º aniversário da criação do MUD Juvenil, de Alfredo Ribeiro dos Santos, de Joaquim Catanho de Menezes, de Manuel Maria Sarmento Rodrigues, de Mário Pinto de Andrade e de Bento de Jesus Caraça.

¹⁴ Na solicitação endereçada aos AN/TT, foi igualmente incluída a documentação que fosse referenciada nos arquivos da extinta Legião Portuguesa. No entanto, e por razões de incapacidade actual de resposta dos Arquivos Nacionais, não se prevê para já a possibilidade de incorporação desta documentação.

A incorporação dessas colecções permite abrir esses acervos à investigação, salvaguardando em muitos casos a sua própria sobrevivência e, por outro lado, garantindo o progressivo alargamento dos horizontes históricos do fundo inicial.

Pretende-se assim, também, que o Arquivo Mário Soares se constitua progressivamente em local de consulta e investigação de documentos fundamentais para a compreensão do século XX português e, simultaneamente, vista a tecnologia utilizada no seu tratamento, se assuma também como centro de acesso em rede à informação disponibilizada. De facto, o recurso às novas tecnologias de informação é, sem dúvida, um suporte especialmente apto para a concretização de tais operações, permitindo em especial vir a ultrapassar de modo simplificado algumas das mais difíceis questões sobre a *propriedade* e a *localização* de tais acervos – uma vez digitalizados, a sua circulação em suporte electrónico poderá ser um importante apoio ao desenvolvimento da investigação.

Importará, aliás, a propósito, sublinhar a concepção expressa no *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*, aprovada no Conselho de Ministros em 17 de Abril de 1997 – data em que o próprio Arquivo Mário Soares foi aberto ao público – sobre a utilização das novas tecnologias no âmbito dos arquivos, administrativos ou históricos:

Os arquivos administrativos são apenas uma das facetas de um processo mais amplo de digitalização de informação que o desenvolvimento da tecnologia dos suportes electrónicos, designadamente dos discos ópticos, veio proporcionar. A possibilidade de registar e de aceder instantaneamente a centenas ou mesmo milhares de *gigabytes* de informação, que se mantém inalterável durante elevados períodos de tempo e que pode ser arquivada em condições de grande segurança, abriu campo para a informatização e digitalização de arquivos históricos, culturais e de património artístico e arquitectónico. O desenvolvimento de bibliotecas digitais deve igualmente ser encarado numa óptica de acesso generalizado à informação sob formato digital.

Entretanto, e já no decurso do corrente ano, foi também celebrado um protocolo com a *MSTF-Software* para Microcomputadores, subsidiária em Portugal da *Microsoft Corporation*, tendo como objectivo principal o estabelecimento das bases de cooperação cultural, científica e educativa no âmbito do Arquivo Mário Soares e abrangendo condições de licenciamento do *software* necessário à manutenção do sistema informático da Fundação e consultadoria em matérias de interesse para o desenvolvimento do sistema instalado, com vista a reforçar as suas potencialidades actuais, especialmente no que respeita ao funcionamento em rede do Arquivo Mário

Soares e à sua gradual disponibilização à consulta através da Internet, formação de pessoal e estudo da organização informática do novo edifício da Fundação, tendo por objectivo garantir a coerência e a capacidade do sistema projectado.

Novo edifício

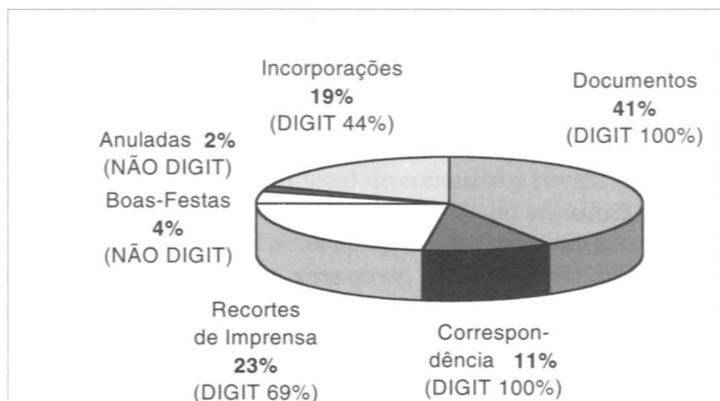
A Fundação tem vindo a preparar o alargamento das suas actuais instalações, tendo em vista, a criação de uma nova infra-estrutura que melhor permita realizar as suas actividades de âmbito cultural, educativo e científico, aí instalando os equipamentos necessários ao seu cabal desenvolvimento e criando áreas destinadas a serviços de interesse público.

O modelo elaborado configura a criação de um verdadeiro pólo cultural da Fundação Mário Soares, especialmente vocacionado para a investigação da história contemporânea portuguesa e da ciência política, viabilizando ainda uma estreita articulação com acções de formação a desenvolver no âmbito ou com a intervenção da Fundação, prevenendo-se a criação de áreas de acesso público para consulta dos documentos que integram o Arquivo Mário Soares e dos livros que virão a constituir uma Biblioteca, com a implantação de depósitos destinados à conservação de documentos, fotografias, vídeos e livros e das necessárias áreas técnicas de apoio, bem como a criação de uma sala multiusos.

No âmbito deste projecto prevê-se o tratamento integrado do arquivo e da biblioteca, permitindo aos leitores o acesso indiferenciado e simultâneo a ambos, através de meios informáticos que rentabilizem a sua exploração. O projecto contempla também a conservação e progressiva disponibilização *on line* do espólio de registos sonoros, fotográficos e videográficos.

Situação geral da digitalização do Arquivo Mário Soares

Em 30 de Junho de 1998, a situação geral do Arquivo Mário Soares é a que se enuncia no quadro seguinte:



Este quadro merece algumas notas: antes do mais, sublinhe-se que cerca de 19% do Arquivo é já hoje constituído por documentação incorporada; e que, por outro lado, foi decidido não digitalizar cerca de 6% do fundo original (Boas-Festas/Convites e pastas consideradas anuladas).

No que respeita aos documentos entretanto incorporados no A.M.S., e que somam 835 pastas, já se encontram digitalizadas cerca de 44% – a sua digitalização prioritária relativamente a pastas de recortes constantes do fundo inicial foi uma opção óbvia face ao interesse documental que representavam. Registe-se, ainda assim, que apenas faltam digitalizar 314 pastas de recortes, mas já foram digitalizadas 365 pastas de documentação incorporada.

Por outro lado, em relação ao fundo original, foi decidido não digitalizar 184 pastas de Boas-Festas e Convites – tendo, no entanto, sido elaborada uma base de dados de descrição de toda essa documentação – e, bem assim, foram anuladas 77 pastas que, pelo seu conteúdo, não justificavam a digitalização.

Pode pois concluir-se que, em termos quantitativos, os objectivos do Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares já foram ultrapassados, estando digitalizadas, nesta data, 3 358 pastas, de um total inicial de 3 221 pastas (descontadas as de Boas-Festas e Convites e anuladas).

Abertura do Arquivo Mário Soares à consulta

Desde a sua inauguração, em 17 de Abril de 1997, o perfil médio dos utilizadores do Arquivo é, conforme se esperava, inequívoca-

mente associado à investigação – cerca de 2/3 dos leitores entraram no arquivo para pesquisas no âmbito de investigações específicas e, sensivelmente na mesma percentagem, são estudantes ou docentes do ensino superior, com idades médias compreendidas entre os 25 e os 30 anos.

A frequência do arquivo digital tem correspondido, por outro lado, ao que se pretendia, evitando uma utilização excessiva dos meios técnicos disponibilizados, que ainda estão a ser aproveitados, parcialmente, pelo próprio pessoal do arquivo – não tendo sido também, por isso mesmo, desencadeadas acções específicas de promoção.

Convirá sublinhar, também, que muitos dos utilizadores que chegam ao Arquivo Mário Soares apresentam uma característica singular: já consultaram através da Internet as descrições dos documentos disponibilizados e, portanto, sabem melhor o que podem encontrar, rentabilizando a consulta da documentação digital. No mesmo sentido, tem sido patente a facilidade de quase todos os leitores na exploração do sistema de arquivo instalado.

Página na Internet

Sempre esteve prevista no Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares a colocação em rede de uma página na Internet.

Nesse sentido, assinou-se um Protocolo com a Fundação para a Computação Científica Nacional (F.C.C.N.), tendo em vista criar as condições técnicas para a disponibilização dessa página com a seguinte localização: www.fmsoares.pt.

A colocação da Fundação Mário Soares na Internet, concretizada em 17 de Abril de 1997, foi outra expressão do conceito subjacente a este projecto de digitalização e, sobretudo, da noção de que, através dela, se pretende disponibilizar o máximo de informação à comunidade científica e ao público em geral, e não apenas dar conta da existência da instituição.

A página da Fundação Mário Soares na Internet coloca em realce, para além de informações gerais sobre a instituição e as suas realizações, o acesso gratuito a bases de dados do A.M.S. e à Casa-Museu Centro Cultural João Soares¹⁵:

¹⁵ A Casa-Museu Centro Cultural João Soares foi inaugurada em 8 de Dezembro de 1996.

- no que respeita ao Arquivo Mário Soares, pretendeu-se disponibilizar as bases de dados com a informação aberta à consulta, de tal modo que os leitores aí a possam colher previamente e sem necessidade de se deslocarem ao arquivo; a título exemplificativo, disponibilizam-se igualmente imagens digitalizadas de documentos seleccionados; oportunamente, prevê-se também a criação de um serviço de consulta ao arquivo via Internet, podendo o leitor requisitar, mediante condições a estabelecer, o acesso à documentação pretendida;
- no que respeita à Casa-Museu Centro Cultural João Soares, situada em Cortes, Leiria, a página disponibiliza o acesso às imagens das inúmeras ofertas que Mário Soares recebeu durante a sua vida pública e que se encontram fotografadas e digitalizadas, de modo a poderem ser visitadas através de meios informáticos, com textos de enquadramento que melhor permitam compreender as circunstâncias, lugares e épocas em que foram recebidas.

Permitiu, portanto, este projecto colocar em rede (através da rede científica nacional) uma enorme quantidade e variedade de informação, sucessivamente acrescentada e actualizada, que preenche uma notória ausência, no nosso país, de instrumentos de pesquisa em matéria de história contemporânea.

Creemos ser do maior interesse reforçar esta componente do projecto, designadamente através da sua articulação com os principais arquivos e bibliotecas nacionais e os diferentes centros de investigação, sem prejuízo da sua necessária internacionalização – em especial com instituições congéneres ou de cuja actividade possam decorrer resultados complementares.

De facto, não pretendeu a Fundação Mário Soares com este projecto criar uma estrutura isolada ou exclusivamente centrada no seu espólio documental.

Este projecto visa, fundamentalmente, criar um ponto de partida, tecnologicamente avançado, que possa servir, em conjugação com outras instituições, públicas e privadas, para desenvolver as potencialidades das novas tecnologias no sentido da disponibilização alargada da informação, reforçando os meios de conhecimento e de investigação.

A informação assim veiculada através da rede científica nacional permite, por outro lado, disponibilizar instrumentos *democratizados* de interactividade com a Fundação e, em especial com o Arquivo Mário Soares, alargando a capacidade de informação dos

cidadãos e, em especial, dos estudiosos da história contemporânea portuguesa.

Algumas notas finais

A ditadura que perdurou em Portugal de 1926 a 1974 afastou, obviamente, dos arquivos públicos o essencial da memória de quantos se lhe opuseram, ocultando a simples existência dos acontecimentos e movimentações que não eram constitutivos da imagem oficial. Mas não é menos verdade que esses mesmos arquivos públicos – e, sobretudo, as entidades que é previsto superintenderem a política arquivística nacional – não definiram, entretanto, qualquer programa coerente de incorporação sistemática dos acervos que, de modo mais ou menos disperso, são a expressão dessa outra memória nacional. Antes pelo contrário, as suas poucas recentes incursões na História Contemporânea quase se referem exclusivamente a arquivos daquele regime, como é, em especial, o caso dos de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano ou da PIDE/DGS e LP – (aliás, fundamentais para a compreensão dos modos de agir do Estado Novo) – e, ainda assim, através de decisões legislativas casuísticas.

Mas o certo é que, por essa via, e em termos objectivos, se tem vindo a perpetuar a visão «oficial» do que se passou entre nós nessa metade do século XX.

A sociedade, no entanto, move-se... e mais rápida que a memória oficial. E move-se no sentido inequívoco da diversidade e pluralidade de memórias, que não se esgotam numa «memória nacional» unipolar e de pensamento único. Por isso mesmo, se tem assistido nos últimos anos em Portugal – como em todo o mundo – ao aparecimento de centros de documentação e arquivos que giram, precisamente, em volta de arquivos privados e que se constituem, simultaneamente, em centros de investigação e de inovação.

Esta realidade – em si mesma, positiva – suscita múltiplas questões, designadamente no que respeita aos (desejáveis) modos de articulação com os arquivos públicos e as universidades. Não será esta, no entanto, a ocasião de analisar esses problemas.

A constituição do Arquivo Mário Soares insere-se, precisamente, nessa vertente nova da nossa realidade arquivística, a que acresce o carácter inovador das metodologias nele utilizadas. Do mesmo modo que a abertura gradual à consulta de um arquivo pessoal em vida do seu titular representa, no nosso país, um passo de inegável importância. E, bem assim, a capacidade já concretizada de reunir

em sua volta outros acervos documentais que, se tal não acontecesse, quase seguramente desapareceriam ou, pelo menos, não seriam abertos à investigação.

Não quer isto dizer, evidentemente, que o Projecto de Digitalização do Arquivo Mário Soares se apresente como verdade definitiva. Antes pelo contrário, tem pretendido suscitar permanentemente uma discussão séria em seu redor, que possibilite não só a melhoria do seu funcionamento, como, sobretudo, o aproveitamento por todos os interessados dos ensinamentos que o seu próprio carácter inovador pode viabilizar.